

História e violência: a representação literária pós Conflito Armado Interno do Peru

Historia y violencia: la representación literaria tras el Conflicto Armado Interno de Perú

Verônica Gomes Olegário Leite
Doutoranda
POSLIT/UFGM
vgomesleite@gmail.com

Resumo

A literatura, para além da visão romantizada de que serviria exclusivamente à fruição, serve como suporte para memórias e testemunhos, sejam eles traumáticos ou não. Dialogando com o processo de constituição de uma literatura que retrata acontecimentos históricos, esse trabalho pretende analisar especificamente o Conflito Armado Interno no Peru e sua representação literária. Tal Conflito, ocorrido entre 1980 e 2000, vitimou mais de 70 mil peruanos e deixou grandes marcas de violência e trauma na história do país. Portanto, objetiva-se diferenciar as duas formas literárias utilizadas pelos peruanos para representá-lo, seja através do testemunho ou da ficção com teor testemunhal.

Palavras chave: Literatura; Testemunho; Peru

Resumen

La literatura, más allá de la visión romántica que sirve exclusivamente a la fruición, sirve como soporte de recuerdos y testimonios, sean traumáticos o no. Dialogando con el proceso de una literatura que retrata los acontecimientos históricos, este trabajo trata de analizar específicamente el conflicto armado interno en Perú y su representación literaria. Este conflicto, que tuvo lugar entre 1980 y 2000, victimizó a más de 70.000 peruanos, además dejó grandes marcas de violencia y trauma en la historia del país. Por lo tanto, el objetivo es diferenciar las dos formas literarias utilizadas por los peruanos para representarla, ya sea a través del testimonio o de la ficción con contenido testimonial.

Palabras clave: Literatura; Testimonio; Perú

Michael Pollak, em 1987, proferiu uma conferência no Brasil intitulada *Memória e identidade social*, publicada posteriormente em 1992. Nessa conferência, o teórico apresentou uma distinção entre memória individual e memória coletiva; segundo ele,

quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (...) podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. (POLLAK, 1992, p. 2)

Sendo assim, a memória coletiva, para Pollak, faz referência a acontecimentos vividos por uma comunidade e que são transmitidos através das gerações, independente da História oficial da qual, inclusive, muitas vezes destoa.

Semelhante à rememoração dos acontecimentos individuais, os testemunhos acerca da história coletiva também passam pelo viés daquilo que foi lembrado e transmitido entre os indivíduos. Segundo Walter Benjamin, "Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo." (BENJAMIN, 1987, p. 224). Portanto, aquele responsável por relatar a história consegue selecionar os elementos rememorados aos quais quer garantir disseminação. A partir disso, tais elementos, que podem ser vistos como "recortes", passam a ser, muitas vezes, vistos como a representação única e correta de um acontecimento.

Ao pensarmos na representação histórica dos acontecimentos, não podemos deixar de considerar os elementos políticos que influenciam nas decisões daquele que faz o recorte. Ou seja, um escritor, seja ele historiador ou não, dificilmente apresentaria relatos e versões com os quais não possui concordância ideológica. Segundo Eclea Bosi, "Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica 'neutra'. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da História, e reafirmando sua posição ou matizando-a." (BOSI, 1983, p. 371). Ainda nessa afirmação acerca dos recortes feitos por aquele que representa a história, Márcio Seligmann Silva afirma que

não existe uma história neutra; nela a memória, enquanto uma categoria abertamente mais afetiva de relacionamento com o passado, intervém e determina em boa parte os seus caminhos. A memória existe no plural: na sociedade dá-se constantemente um embate entre diferentes leituras do passado, entre diferentes formas de "enquadrá-lo." (Seligmann-Silva, 2003, p. 67)

Entretanto, ao se tratar de situações traumáticas, independente da memória já não resgatar todos os acontecimentos, os recortes feitos pelo escritor além de passarem pelo cunho ideológico também passam pelo trato da sensibilidade. Ou seja, ao apresentar um relato, o escritor faz uma série

de escolhas que garantem ao texto um tom mais respeitoso, ou não, aos traumas herdados daquele determinado acontecimento. Segundo Seligmann-Silva

Relacionar o nosso passado histórico com o trauma implica tratar desse passado de um modo mais complexo que o tradicional: ele passa a ser visto não mais como um objeto do qual podemos simplesmente nos apoderar e dominar, antes essa dominação é recíproca. O trabalho da história e da memória deve levar em conta tanto a necessidade de se “trabalhar” o passado, pois as nossas identidades dependem disso, como também o quanto esse confronto com o passado é difícil. (SELIGMANN-SILVA, 2003, P. 76-77)

Trazendo a discussão da representação da memória para a literatura, entramos na discussão acerca do testemunho. A partir de meados do século XX, a literatura passou a contar com uma série de obras que apresentavam relatos de memórias de experiências ou seja, testemunhos. Segundo Seligmann-Silva, “Se a arte e a literatura contemporâneas têm como seu centro de gravidade o trabalho com a memória (ou melhor, o trabalho da memória) a literatura que situa a tarefa do testemunho no seu núcleo, por sua vez, é a literatura *par excellence* da memória.” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 392).

A literatura de testemunho é muito conhecida a partir das obras que relatam o Holocausto. Uma obra muito representativa nesse campo é *É isto um homem?*, de Primo Levi. Tal reconhecimento é possível já que, a partir de seus relatos, Primo Levi consegue representar as situações vividas por milhares de judeus nos campos de concentração alemães. Segundo Eduardo Garcia Valle, “Primo Levi (...) através de suas memórias elabora uma narrativa que não pertence a si próprio, mas a todos os judeus que vivenciaram os campos de concentração e, por algum motivo, não deixaram seu testemunho.” (VALLE, 2011, p. 170). Ainda segundo Valle, “Visto que as lembranças são constituídas no interior de um grupo, o indivíduo carrega a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições.” (VALLE, 2011, p. 175). Assim, o testemunho, mesmo quando apresentado individualmente, não representa uma memória individual, já se trata aqui de uma memória coletiva pela qual quem escreve se responsabiliza.

Além de cumprir o papel de representar a memória coletiva, o testemunho também possui a característica de falar em nome daqueles que, em geral, não são representados. Segundo Michael Pollak, “(...) importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial, no caso a memória nacional.” (POLLAK, 1989, p.04). Ou seja, o testemunho seria a voz das “minorias” que não se sentem representadas pela história oficial.

Na América Latina, o testemunho cumpre esse importante papel de dar voz àqueles até então “pouco representados” na literatura. Para João Camillo Penna, “A importância do testemunho na América Latina espanhola está ligada à possibilidade de dar expressão a culturas com uma inserção precária no universo escrito e uma existência quase que exclusivamente oral.” (PENNA, 2003, p. 307). Nesse sentido, as culturas e vivências de povos inteiros que vivem nesses países desde muito antes da colonização puderam ser representadas em memórias de testemunho. Penna também corrobora o raciocínio de Eclea Bosi de que um testemunho, já após as conclusões acerca da intotalidade da memória, não possui um posicionamento neutro. Segundo Penna “O sujeito testemunhal não é determinado por uma radicalidade democrática, de cumplicidades laterais, alternâncias de papel e posição, mas corresponde à apresentação de uma figura ou modelo privilegiado e um interesse político específico.” (PENNA, 2003, p. 324). Portanto, o sujeito responsável pelo testemunho parte de um ponto de vista, de um contexto e de uma ideologia para apresentar suas memórias coletivas, seu testemunho.

Na discussão acerca da memória traumática, Jeanne Marie Gagnebin discute em seu artigo “Verdade e memória do passado” o papel do historiador no momento de retratar as situações de violência extrema. De acordo com a teórica, “o historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados” (GAGNEBIN, 2009, p. 47). Tal afirmação nos leva a refletir sobre o papel do historiador em relação à seleção dos acontecimentos que serão registrados. Isso porque sabe-se que a história oficial não representa as perspectivas em relação a um fato, mas sim a perspectiva dos “vencedores”, dos poderosos.

Quando se trata de situações traumáticas, essa responsabilidade “sem glória” do historiador é também uma responsabilidade política, afinal, é justamente a repetição e divulgação dos acontecimentos inenarráveis e absurdos que poderá garantir que tais situações não se repitam. Gagnebin afirma que ao esquecer dos mortos do passado, se permite “o assassinio tranquilo, hoje, de outros seres humanos cuja lembrança deveria igualmente se apagar.” (GAGNEBIN, 2009, p. 47).

Em outro artigo de seu livro *Lembrar, escrever, esquecer*, 2009, intitulado “Memória, história, testemunho” Gagnebin, dialoga com as afirmações dos teóricos citados acima e reitera que a responsabilidade por transmitir a história daqueles que sofreram não é só da vítima, mas também do ouvinte a quem ela confessa seus sofrimentos. Segundo a teórica, “Testemunha também seria aquela

que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro.” (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

Todorov, por sua vez, em seu livro *Os abusos da memória*, 2000, citado por Gagnebin no artigo apresentado acima, não só apresenta a discussão semelhante de que as situações traumáticas precisam ser reproduzidas para que tamanha violência não se repita como também discute a reflexão de que tal “militância pela memória” possui um grande teor de hipocrisia. Isso porque, parece muito mais fácil lutar pela garantia de memória dos que já não estão e investir tempo e reflexão nisso, que deixar espaço para a também importante reflexão acerca do que acontece hoje. Ou seja, o discurso tão disseminado do “para que não se repita” silencia e cega as violências perpetradas ainda hoje, as torturas, privação de direitos, exploração, escravidão, todas situações que ainda acontecem e são protagonizadas pelos países da Europa que tanto se vangloriam de valorizar a MEMÓRIA das violências do passado.

Além disso, Todorov também apresenta a delicada discussão acerca da “incomparabilidade” de um acontecimento. De acordo com o teórico, todo acontecimento é incomparável para quem sofreu com ele, entretanto, porque a história deveria eleger uma atrocidade como mais inaceitável que outra igualmente cruel? Porque a Shoah deve ser vista como mais inaceitável e horripilante que a escravização dos povos que viviam na África ou a dominação dos países das Américas pelos países europeus?

Outra reflexão apresentada por Todorov é em relação aos papéis da memória. O teórico apresenta dois tipos de memória: a memória literal e a memória exemplar. Resumidamente, a memória literal seria a da vítima que não consegue se livrar do trauma, que não consegue encerrar o luto (quando se trata da perda de um ente querido) que não consegue se livrar do pensamento de VINGANÇA e REVANCHE. Já a memória exemplar seria aquela que consegue se distanciar dos próprios sofrimentos para utilizar o acontecimento como exemplo de algo que não pode e não deve ser esquecido, essa seria a memória que busca a JUSTIÇA.

O teórico em nenhum momento condena ou vê como equivocada a postura da vítima que reproduz a memória literal. Isso porque, para ele, todo o sofrimento individual é incomparável e inesquecível individualmente para quem o viveu. A grande questão apresentada por Todorov é em relação à forma com que os acontecimentos serão registrados na história, ou seja, como será construída a memória coletiva daqueles acontecimentos. Nesse ponto, Todorov defende a memória exemplar como a melhor forma para essa representação.

No caso da obra de Primo Levi, existe, já no início do texto, um pacto de veracidade do autor para com os leitores. Por mais que ele saiba quão impossível é retratar todos os acontecimentos e traumas, Primo Levi não se isenta de narrar tudo que consegue e é justamente esse exercício que permite a ele que continue vivo, que consiga lidar com todas as memórias traumáticas que o atormentam.

Após esse pequeno panorama teórico, pretende-se aproximar essas discussões acerca do testemunho da literatura peruana, especificamente da literatura pós Conflito Armado Interno (doravante CAI).

Sabe-se que o Peru viveu entre os anos de 1980 e 2000 um Conflito protagonizado pelo Partido Comunista do Peru - Sendero Luminoso (doravante PCP-SL) e pelas Forças Armadas peruanas que deixou mais de 70 mil mortos e outros milhares de desaparecidos. O CAI aconteceu principalmente na região dos Andes e teve como início a declaração de guerra feita pelo PCP-SL ao Estado peruano. Entretanto, o que inicialmente era declarado como uma revolução socialista em prol dos direitos civis daqueles mais marginalizados e esquecidos pelo Estado acabou se transformando em um massacre justamente desses peruanos mais necessitados.

A região de Ayacucho foi onde se concentrou a maior parte dos enfrentamentos e dos massacres ocorridos durante o CAI, contraditoriamente, essa também é uma das regiões em que há mais moradores que conservam as tradições incaicas, inclusive a língua quéchua, ou seja, os maiores atingidos pelo conflito sequer sabiam falar espanhol, língua utilizada pela maioria dos soldados das forças armadas e do PCP-SL. Nesse sentido, além de muitos peruanos sequer saberem o motivo pelo qual suas comunidades estavam sendo atacadas, também não conseguiam transmitir as memórias dessa violência na língua mais utilizada pelos que viviam nas demais regiões do país.

Constata-se que para garantir a representação dessa memória de violência, os andinos da região de Ayacunho que não sabiam espanhol buscaram aprender a língua para escrever seus relatos ou então transmitiram seus testemunhos através de outros suportes que não a escrita. São eles a poesia oral (*harawi*), a música (*huaino*), a pintura (*tablas*), o bordado (*arpilleras*), os *retablos*, dentre outros.

Para discutir acerca da representação literária da memória de violência do CAI no Peru, têm-se, inicialmente, que realizar um resgate da definição e do processo histórico dessa literatura. Em relação a essa literatura, Cornejo Polar afirmou que,

el concepto de literatura boliviana, acuatoriana o peruana alude solo y exclusivamente a la literatura culta en español que se escribe en esos países, mientras aquellas literaturas orales en lenguas nativas e inclusive la literatura popular en español, sea escrita u oral, son expulsadas del ámbito de la literatura nacional respectiva (CORNEJO POLAR, 1982, p. 74).

A partir dessa afirmação, já se pode começar a compreender o processo de distinção entre literatura andina e literatura criolla.

Anterior a Cornejo Polar, Angel Rama, em sua obra *Diez problemas para el novelista latinoamericano*, escrito em 1964, já afirmava que alguns escritores hispano americanos abriam mão do “folclorismo” de sua cultura nacional para fazer uso de uma cultura universal. Em relação a esse processo, Rama ainda afirma que “*se trata del ingente esfuerzo de un continente colonizado, por alcanzar la comprensión y la creación literarias en el mismo nivel de la metrópole*” (RAMA, 1964, p. 64). Nesse sentido, abrir mão de elementos da própria cultura poderia ser entendido como estratégia para a produção de um texto menos marcado geograficamente, que pode ser recebido em outras regiões e países sem estranhamento ou dificuldade de compreensão.

A partir dessa discussão, uma divisão que surge na literatura peruana moderna é aquela que separa os escritores entre andinos e criollos. Em relação à narrativa andina, Luis Nieto Degregori afirma que,

los escritores de esta vertiente están realizando un esfuerzo por ofrecer una imagen más abarcadora del Peru actual tanto en lo que se refiere a los distintos actores sociales, incluidos por supuesto los que emergen del universo indígena, como a los procesos que el país ha vivido en las últimas décadas, y están aportando a la construcción de nuevas identidades que tienen como materia prima fundamental lo andino. Para ello recurren a elementos tan variados como el mito de raigambre prehispánica y la historia, las canciones y danzas, la religiosidad popular y la fiesta, el relato oral antiguo y moderno; es decir, todas aquellas manifestaciones que conforman el imaginario cultural andino y que son en buena parte herederas de las culturas que se desarrollaron en suelo peruano antes de la llegada de los españoles. (NIETO DEGREGORI, 2007, p. 58)

Sendo assim, os autores andinos seriam aqueles que se utilizam de elementos tradicionais e mitológicos para apresentar uma narrativa que valorize e dê protagonismo ao dito “sujeito andino”; a preocupação em inserir a história, cultura e as lutas dos moradores da região dos Andes na história nacional seria uma das maiores prioridades dessa chamada narrativa andina.

Em relação à narrativa crioula, não há muito consenso nem muito material teórico acerca de sua definição; nesse sentido, vale, primeiramente, apresentar uma definição para o sujeito dito *criollo*. Para Luis Nieto Degregori, esse sujeito seria

la población, principalmente costeña, (...) la heredera de los españoles que echaron raíces en suelo peruano y la más cercana por lo mismo a la cultura occidental, aunque tampoco haya dejado de asimilar elementos de las culturas indígenas en varios siglos de convivencia” (NIETO DEGREGORI 2007, p. 56).

A partir dessa definição, o sujeito *criollo* seria aquele que se identifica com a cultura ocidental, com a modernização das cidades e do país, mesmo que carregue alguns elementos indígenas em sua formação cultural. Sendo assim, a narrativa crioula seria aquela produzida a partir dessa visão ocidental. Nieto Degregori afirma ainda que,

la narrativa crioula es así aquella que por su producción, sus textos, su referente y su sistema de distribución y consumo está inscrita en la sociedad y la cultura criollas. Como éstas, la narrativa crioula es la hegemónica en el Peru actual, al extremo de que cuando se habla de narrativa peruana sólo se está hablando la mayoría de las veces de la narrativa producida por escritores criollos, sobre el Peru crioulo o en general el mundo occidental y para ser difundida principalmente en Lima y las principales ciudades de la costa. (NIETO DEGREGORI in COX, 2010, p. 42)

Ricardo Virhuez, por sua vez, define a corrente literária crioula da seguinte forma

esta corriente está conformada por escritores que conocen muy poco el Peru, tienen una posición ideológica definitivamente de derecha y gozan del favor de los medios de comunicación y del éxito editorial. Una característica adicional es que tratan un tema común, caro para los peruanos, que presentan con irreverencia y profundo desconocimiento: el de la violencia política. (VIRHUEZ, 2010, p. 31)

Portanto, a narrativa crioula se pautaria, principalmente, pela cultura e tradição ocidentais.

Outra ponderação importante a se fazer é que durante os primeiros anos do conflito armado, as obras que tratavam dessa violência eram, em sua maioria, as produzidas por autores andinos. Somente no início da década de 90 começam a surgir obras escritas por autores denominados criollos, inclusive obras de autores mais renomados internacionalmente como Mário Vargas Llosa. De acordo com Mark Cox, “*el tema de la guerra interna armada ha inspirado una amplia y diversa producción cultural, y en narrativa se han publicado, por lo menos, más de trescientos cuentos, y sesenta y cinco novelas*

por ciento sesenta y cinco escritores.” (COX, 2010, p. 118). Esses números, certamente, já são bem maiores nos dias de hoje.

No grupo de peruanos andinos que vivenciaram a violência e desenvolveram a escrita em espanhol, durante ou após o CAI, podemos citar Lurgio Gavilán Sánchez, nascido na comunidade de Killa, em Ayacucho no ano de 1971. Sánchez lançou em 2013 o livro *Memorias de un soldado desconocido: Autobiografía y antropología de la violencia*. Com prólogo escrito pelo renomado teórico e pesquisador Carlos Iván Degregori, maior teórico das discussões acerca do CAI, o livro de Sánchez foi bem recebido pelos pesquisadores peruanos.

Assim como Primo Levi, Sánchez afirma que escreve para conseguir lidar com suas memórias e para evitar que tamanha violência se repita, ele abre o livro com a seguinte afirmação “escrevo essa história para recuperar a minha memória e também para que nunca volte a acontecer algo assim no Peru” (SÁNCHEZ, 2013, p. 53).

O livro de Sánchez é dividido em três partes. A primeira narra o momento em que ele ingressou nas fileiras do PCP-SL, em 1983, para tentar reencontrar o irmão que havia aderido à militância meses antes. O autor apresenta um texto em primeira pessoa, repleto de descrições das ações do PCP-SL, das violências que presenciou e protagonizou, dos enfrentamentos com as forças armadas e com as rondas campesinas. Sánchez escreve “Podíamos caminhar descalços, com piolhos na cabeça, mas sem comer não se podia. Por isso pensávamos e sonhávamos: quando triunfamos, já na vida do comunismo, comeremos com fartura” (SÁNCHEZ, 2013, p. 86). Em outro momento do livro ele afirma “ Os campesinos das bases de apoio e nós, como sempre, vinhamos carregados de coisas saqueadas nas casas, pois assim era a ordem de nosso camaradas de maio hierarquia. Confiscar armas, alimentos e roupas”. (SÁNCHEZ, 2013, p. 79). Nessas passagens é possível perceber o esgotamento físico, psicológico e ideológico a que Sánchez foi submetido. Percebe-se como ao poucos as justificativas e os sonhos de que aquela luta valia a pena, de que todo o sofrimento sofrido e causado seria justificável, foram se perdendo na cabeça dele e só restaram a decepção e o ódio em relação ao Partido.

No segundo momento do livro, Sánchez narra o momento em que foi capturado pelo exército e, ao invés de ser executado como imaginou que seria, foi levado para uma base militar onde ficou morando e conseguiu, inclusive, começar a estudar. Nesse período, Sánchez serviu ao exército e lutou contra o PCP-SL. Nessa parte do livro, as descrições são bem mais superficiais, sem tantos detalhes

das violências cometidas pelo exército, sem citar muitos nomes, nem descrever a forma com que os, e principalmente as, senderistas eram tratados pelo exército. Sánchez afirma

Alguns familiares vinham à porta do quartel perguntar pelos seus, vinham com medo pois nenhum civil entrava nas instalações militares; lhes diziam que ali não havia nenhum detido, mas durante a noite os prisioneiros eram levados do quartel, os soldados só me contavam que haviam matado todos”. (SÁNCHEZ, 2013, p. 106).

Esse pequeno trecho resume bem a forma com que a violência extrema já estava introjetada em Sánchez, já não havia mais ideologia, compaixão pelos que um dia foram seus companheiros, nem algum tipo de revolta. Nessa etapa do testemunho, a naturalização da violência e o sentimento de impotência são marcantes na escrita do autor.

No terceiro momento é apresentada a atuação de Sánchez em uma comunidade franciscana da igreja católica. Essa parte do livro já é um pouco mais suave e reflexiva, Sánchez aparenta não só ter alcançado uma maturidade na escrita como também uma maturidade na vida, ele descreve as ações da igreja junto às comunidades atingidas pelo CAI. No final dessa parte, o autor apresenta os motivos que o fizeram abandonar a vida religiosa em 2000 e buscar “sair ao mundo como qualquer pessoa” (SÁNCHEZ, 2013, p. 140). Para ele, as etapas de violência, sofrimento e redenção estavam encerradas e já era possível tentar ter uma vida comum e, quem sabe, até ter uma família.

Escrito em três momentos, 1996 a 1998, 2000 e 2007 a 2010, é possível perceber como a escrita de Sánchez se desenvolve. A primeira parte do livro escrita ainda durante o CAI reflete um autor que transcreve acontecimentos traumáticos ainda não “digeridos”. Além da dificuldade psicológica de lidar com as lembranças, essa primeira escrita revela uma dificuldade linguística. Como o livro mesmo apresenta, Sánchez foi alfabetizado em quéchua e só no período do exército começou a estudar espanhol, sendo assim, o texto é muito carregado de palavras escritas na língua materna, inclusive, a presença dessa língua é tão marcante que Sánchez precisou incluir um glossário de palavras quéchuas traduzidas para o espanhol no final do livro.

Percebe-se que mesmo passando por um processo de revisão gramatical durante o último período de escrita, o livro conserva o tom de uma escrita que se aprimora no seu desenvolver. Tal característica, provavelmente, foi a opção do autor para garantir ao livro seu real tom de testemunho em construção.

Em 2007, Sanchez realizou uma viagem para a sua região natal com o objetivo de concluir seu processo de rememoração e de construção do seu testemunho. De acordo com ele “Sempre quis voltar às terras onde, utopicamente, caminhei pensando na mudança do país (...)” (SÁNCHEZ, 2013, p.

145). Ou seja, o retorno foi para o autor o momento de se reencontrar com aquele garoto de 13 anos que largou sua família para ir atrás do sonho revolucionário e que, durante os dezessete anos em que esteve envolvido no CAI, se redescobriu e se reconstruiu diversas vezes.

Com relação à forma com que os momentos do Conflito são narrados, acredita-se que a escolha de Sánchez por descrever e expor mais as ações do PCP-SL em relação às ações das forças armadas passe não só por uma questão ideológica de acreditar que o Partido foi o maior responsável pela violência, como também por um receio de se expor ao criticar uma classe ainda tão poderosa no Peru, ou seja, os militares.

Portanto, retomando as discussões teóricas que embasam as reflexões aqui apresentadas, acredita-se que o texto de Sánchez é constantemente marcado pelo seu posicionamento político não só ao que tange o período do CAI como quanto ao atual momento histórico do Peru. Percebe-se que o confronto com o passado não é um processo fácil para o autor, é como se ao recordar ele estivesse revivendo as violências que sofreu e perpetrou e fosse acometido por um medo e uma insegurança de sofrer, nos dias de hoje, alguma penalidade por suas ações do passado. Já no final do livro Sánchez afirma “As lembranças são como uma viagem através do tempo infinito, é como voltar à terra que te viu chorar, crescer e rir” (SÁNCHEZ, 2013, p. 152).

Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1983.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34. 2009.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho Hispano-Americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimentos e silêncio: Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Edições Vértice, vol. 03. 1989.

SÁNCHEZ, Lurgio Gavilán. *Memorias de un soldado desconocido: Autobiografía y antropología de la violencia*. Lima: IEP. 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Catástrofe, história e memória em Walter Benjamin e Chris Marker: A escritura da memória. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Grafiques. 2010.

VALLE, Eduardo Garcia. História e Literatura de testemunho: A memória do Holocausto em ‘Os afogados e os sobreviventes’, de Primo Levi. *Emblemas – Revista do departamento de História e Ciências Sociais – UFG/CAC*. Goiânia. 2011. Disponível em: <<https://apiuseclearthink-a.akamaihd.net/gsr?is=isgiwhBR&bp=BA&g=de87bf81-2f85-4716-a0c7-2a1017d3a87c>> Acesso em: 23 out. 2014.